

## **Linhas orientadoras para a elaboração do orçamento da Escola Secundária Jorge Peixinho 2018-2021**

No cumprimento das competências atribuídas ao Conselho Geral pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, na alínea h), do número 1, do artigo 13.º, o Conselho Geral define as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento.

Compete à Direção e ao Conselho Administrativo a definição de prioridades, na gestão dos recursos financeiros à disposição da Escola Secundária Jorge Peixinho (ESJP), de modo a responder com a devida eficácia às suas necessidades.

Compete igualmente ao Conselho Geral, assegurar que a gestão desse orçamento seja realizada de forma transparente e rigorosa, nomeadamente através da apresentação a este conselho do relatório de conta de gerência por parte da Diretora.

Neste sentido, o Conselho Geral propõe como linhas orientadoras para o projeto de orçamento a desenvolver pelo conselho administrativo, os seguintes pontos:

1. Manter o primado da equidade e da justiça na distribuição das verbas pelas diferentes rubricas do orçamento de forma a garantir o desenrolar, dentro da normalidade, das atividades letivas e das constantes no Plano Anual de Atividades.
2. Consignar as verbas necessárias à implementação do Projeto Educativo de Escola.

3. Garantir a continuidade de projetos relevantes para um bom desempenho da Escola Secundária Jorge Peixinho.
4. Assegurar a aplicação universal, justa e equitativa de medidas e apoios da Ação Social Escolar.
5. Estabelecer medidas, no âmbito da ação social escolar, dirigidas a novos casos de alunos carenciados, para que possam usufruir em condições mais favoráveis dos serviços do bufete e refeitório escolar.
6. Privilegiar os critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa, para garantir uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.
7. Promover, sempre que possível, a formação do pessoal docente e não docente.
8. Promover medidas de poupança através de uma maior eficiência na utilização dos recursos pela implementação ou reforço de medidas de combate ao desperdício e de poupança de energia, optando, sempre que possível, por processos de reutilização e reciclagem.
9. Implementar medidas de desburocratização e simplificação, optando-se, sempre que possível, pela desmaterialização dos procedimentos e dos documentos.

Aprovado em 21 de março de 2018

A Presidente do Conselho Geral

Delminda Maria de Assunção